

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.132 - SP (2019/0301656-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CAMILA PARONETTI SILVA - SP291018
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADOLFO ALVES DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : ALEXSANDRO PEDRO DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

ADOLFO ALVES DA SILVA e ALEXSANDRO PEDRO DA SILVA alegam ser vítimas de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que negou provimento à Apelação Criminal n. 0001029-02.2018.8.26.0537.

A defesa busca, por meio deste *writ*, seja fixado aos pacientes o regime aberto e determinada a substituição da reprimenda privativa de liberdade por restritivas de direitos, nos autos do processo em que foram condenados à pena de 2 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput* e § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Decido.

Dúvidas não há de que o deferimento da liminar é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de flagrante ilegalidade e em que evidenciados o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Da análise dos autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifico que o pedido formulado reveste-se de plausibilidade jurídica, **razão pela qual deve ser deferida a medida de urgência.**

A Corte estadual considerou devida a imposição do regime inicial **fechado**, com base nos seguintes argumentos (fls. 29-30):

O regime inicial fechado é o único adequado em face do Princípio da Suficiência Penal, mormente porque se trata do delito de tráfico de entorpecentes, o que enseja maior repressão e reprovação, por ser verdadeiro flagelo da

Superior Tribunal de Justiça

sociedade hodiernamente, encontrando-se em conformidade com o disposto no artigo 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal.

Anote-se que regime diverso seria incompatível com a infração de tráfico de drogas, que se tornou uma das grandes pragas modernas a atormentar a sociedade, mormente no Brasil, antes país de passagem da droga para o exterior, sendo hoje um dos países com grande número de traficantes, passando a droga a ser utilizada aqui, sendo exemplo disso que 70% dos processos em julgamento nas sessões ordinárias dessa E. Câmara, sempre em número superior a 500 feitos, são referentes a tráfico de drogas.

Assim, transformando-se o tráfico num dos verdadeiros cancos da atualidade, envolvendo jovens e desagregando famílias, deve ele ser combatido com rigor, rigor este que só se encontra presente na imposição do regime fechado para o traficante.

E não pode o julgador ter seu olhar voltado para as estrelas, mas deve ser homem do seu tempo, que não ignora que a leniência com o tráfico destrói famílias, jogando usuários e viciados na sarjeta, bem como incrementa roubos, latrocínios, furtos e homicídios.

Conforme visto, a Corte de origem justificou a fixação do regime inicial mais gravoso, com fundamento, tão somente, **na gravidade abstrata do delito e nos malefícios gerados pelo tráfico de drogas à sociedade como um todo**, sem, no entanto, apontar elementos concretos dos autos que, efetivamente, evidenciassem a imprescindibilidade de imposição do regime fechado.

Assim, uma vez que os pacientes eram tecnicamente primários ao tempo do delito, possuidores de bons antecedentes, tiveram a pena-base fixada no mínimo legal, foram condenados a reprimenda inferior a 4 anos de reclusão e agraciados com a minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 – a qual visa, justamente, a beneficiar o "traficante ocasional" –, **entendo evidenciada a plausibilidade jurídica do direito tido como violado**.

À vista do exposto, **defiro a liminar** para assegurar aos pacientes que aguardem no **regime aberto** o julgamento final deste habeas corpus, se por outro motivo não estiverem cumprindo a reprimenda em regime mais gravoso (Processo n. 0001029-02.2018.8.26.0537).

Superior Tribunal de Justiça

Comunique-se, com urgência, o inteiro teor desta decisão às instâncias ordinárias para as providências cabíveis.

Devidamente instruídos os autos, dispenso a solicitação de informações.

Ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

